

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST – EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO

Fabiana Baldi¹
Paulino José Orso²

RESUMO

Este artigo é fruto da pesquisa realizada durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em História da Educação Brasileira, que teve como objetivo analisar a educação escolar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais importante movimento social da América Latina, e verificar sua contribuição para a formação da consciência crítica dos próprios educandos. No intuito de melhor compreender esse processo, fazemos um recuo na história para localizar luta pela terra num contexto mais amplo, a partir de 1850, quando é decretada a “Lei de Terras”, num momento em que os escravos lutavam pela sua libertação. Assim, por um lado, procuramos refletir acerca do MST, resgatar sua história e compreender a importância de seu processo de educação, tanto para o próprio movimento, como para a sociedade, na luta pela transformação social.

Palavras-chaves: Educação, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, transformação social.

MOVEMENT OF RURAL WORKERS WITHOUT LAND - MST – EDUCATION IN MOTION

ABSTRACT

This article is the result of research conducted during the course of post-graduation courses in History of Brazilian Education, which aims to analyze the school education of the Movement of Landless Rural Workers (MST), the largest and most important social movement of America America, and examine their contribution to the formation of critical consciousness of the learners themselves. In order to better understand this process, make an indentation in history to locate the land struggle in a broader context, in 1850, when it enacted the "Land Law", at a time when the slaves fought for their freedom. Thus, on the one hand, we reflect on the MST, redeem its history and understand the importance of their education process, both for the movement itself, and to society in the struggle for social transformation.

Keywords: Education, Movement of Landless Rural Workers, MST, social transformation

Este artigo é fruto da pesquisa realizada durante o curso de pós-graduação *lato sensu* em História da Educação Brasileira, que teve como objetivo analisar a educação escolar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais importante movimento social da América Latina, e verificar sua contribuição para a formação da consciência crítica dos próprios educandos. No intuito de melhor compreender esse processo, fazemos um recuo na história para localizar luta pela terra num contexto mais amplo, a partir de 1850, quando é decretada a “Lei de Terras”, num momento em que os escravos lutavam pela sua libertação. Assim, por um lado, procuramos refletir acerca do MST, resgatar sua história e compreender a importância de seu processo de educação, tanto para o próprio movimento, como para a sociedade, na luta pela transformação social.

Ao se analisar a luta pela libertação dos escravos, na metade do século XIX, no Brasil, percebe-se que a libertação dos escravos não era apenas um interesse dos próprios escravos. Estando no auge da Revolução Industrial, a Inglaterra, financiadora da independência do Brasil, não só apoiava como estimulava as lutas libertárias no intuito de transformar o contingente de escravos em potenciais consumidores de seus produtos. Ou seja, a libertação dos escravos, passa a ser defendida, não por um interesse humanitário, mas sim como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e do próprio estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Todavia, entendendo ser inevitável o fim da escravatura e diante dos conflitos pela posse da terra em diversas regiões, a Coroa brasileira decretou a lei³ que restringia o direito de posse da terra. Isso, por um lado, impedia que os ex-escravos, os pobres, os posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários e, por outro, garantia a mão-de-obra assalariada necessária aos latifúndios⁴. De acordo com o Decreto Lei, só poderia adquirir terra quem as comprasse ou legalizasse nos cartórios as áreas em uso, mediante pagamento de uma taxa para a Coroa. Nesse sentido a terra era transformada em uma mercadoria, que somente os ricos poderiam ter acesso, estabelecendo a compra e venda como forma padrão de aquisição da propriedade fundiária, limitando fortemente o usucapião, fazendo com que se perpetuasse a estrutura agrária desigual, herdada dos tempos colônias. Assim, “Lei de Terras de 1850” foi o marco legislativo de que se valem os historiadores para dividir a história da luta pela terra ou os conflitos agrários no Brasil em duas fases distintas.

A primeira fase, classificada como "messiânica", vai de 1850 até 1940. Foi assim nomeada, pelo fato das lutas estarem associadas à presença de líderes religiosos de origem popular, os quais pregavam ideologias de cunho milenarista, ligada ao catolicismo popular. Foi nesse período que resultou um dos mais importantes movimentos, o de Canudos, na Bahia, ocorrido entre 1870 e 1897, tendo como líder Antônio Conselheiro.

A segunda fase, marcada por diversos conflitos e revoltas populares pela posse das terras em diversos lugares do Brasil, é definida como fase das "lutas radicais localizadas", que se desenvolveu entre 1940 e 1955. No Estado do Paraná, na década de 1960, todas as terras já estavam ocupadas. No processo de ocupação, também surgiu à figura do “posseiro” que, muitas vezes, instalava-se em terreno que julgava ser do Estado ou sem dono. Com isso passou a ocorrer a venda múltipla, a compra do "não dono" e a "grilagem" em grande escala. Essa época também foi marcada pelos conflitos e lutas agrárias, que se prolongaram por toda a segunda metade do século XX, sem solução em meio aos avanços da tecnificação da economia.

O MST começa a se constituir no final dos anos 70, quando camponeses sem-terra resistem às propostas governamentais de colonização e reforma agrária, na verdade, apenas de colonização uma vez que não tinha a intenção de mudar a estrutura fundiária do país. O momento era marcado pela efervescência dos conflitos iniciados no pré-golpe civil militar, que se estenderam pelo regime ditatorial, instalado no país, em abril de 1964. Nesse contexto, várias lutas localizadas anunciavam o surgimento de um novo movimento de luta pela terra no Brasil.

Oficialmente o MST se constitui nos anos 80, coincidindo com o final da Ditadura Militar, com a abertura política e o início do processo de redemocratização do país. Sua fundação oficial ocorreu em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, por ocasião da realização do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes, de 13 estados. Neste encontro, foram definidos alguns princípios básicos e os objetivos gerais do movimento, tais como: a terra deve estar nas mãos de quem nela trabalha; organização dos trabalhadores na base; lutar por uma sociedade sem explorador e nem explorados; ser um movimento de massa autônomo

dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores e, por fim, articular os trabalhadores da cidade.

Ainda que tenha mudado bastante, em 1996, Roseli Caldart (1996, p. 19) declarava:

O MST, fundado há mais de uma década é o mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil. Desde o início da década de 80, o MST foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas. Transformando num movimento de larga escala para alterar relações de posse da terra e por último o sistema socioeconômico.

No ano de 1985 foi realizado o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra na cidade de Curitiba-PR. A partir desse encontro o movimento passou a defender uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; a desapropriação de todas as propriedades com mais de 500 hectares; a expropriação das terras das multinacionais; a extinção do Estatuto da Terra e a criação de novas leis.

O debate e as proposições do MST acerca do fim da propriedade encontra seus fundamentos nos escritos de Marx e Engels (1998, p. 23), que alertam:

Vocês se horrorizam com o fato de que queremos abolir a propriedade privada. No entanto, a propriedade privada foi abolida para nove décimos dos integrantes de sua sociedade; ela existe para vocês exatamente porque para nove décimos ela não existe. Vocês nos acusam de querer suprimir a propriedade cuja premissa é privar de propriedade a imensa maioria da sociedade. Vocês nos acusam, em resumo, de querer acabar, com a sua propriedade. De fato, é isso que queremos.

Marx e Engels desmistificam a mesquinhez dos argumentos da burguesia quando ela reclama que os trabalhadores querem acabar com a propriedade privada. Mostram que, por trás dos argumentos reivindicam o seu direito exclusivo à posse da terra. Assim, uma vez que a grande maioria já não tem propriedade, o fim da propriedade privada da burguesia, passa a ser a condição para a construção de uma nova sociedade. Avançando nessa direção, em 1987 acontece o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que contou com a participação de representantes de sete estados brasileiros onde o MST já atuava. Nesse encontro foi criado o Setor de Educação, que nasce a partir de dois questionamentos básicos: “*o que queremos com as escolas dos assentamentos e como fazer a escola que queremos*” (Caldart, 1997).

O período seguinte, que se estende de 1990 até os dias de hoje, é marcado pela formalização do movimento e pelo fortalecimento de setores internos na estrutura organizativa. Com a criação do setor de educação surge a preocupação com a função social do movimento. A partir disso o MST passa a intensificar a organização para a luta pela reforma agrária; ajudar na construção e no fortalecimento dos demais movimentos sociais existentes no campo; combater o modelo que defende produtos transgênicos, os monopólios e as multinacionais; desenvolver ações contra o imperialismo combatendo a política dos organismos internacionais e, por fim, participar ativamente das diferentes iniciativas que representam a construção de um projeto popular para o Brasil.

A partir de sua organização e ação, o movimento vem se constituindo como a maior força na interlocução da luta pela reforma agrária, direcionando politicamente o rumo da luta agrária no Brasil. Além disto, uma das grandes inovações que este Movimento Social tem apresentado é a compreensão da necessidade da educação enquanto parte do processo de transformação da atual sociedade e alcance de seus objetivos. Na realidade, a reforma agrária é fundamental em qualquer política no sentido de promover o desenvolvimento do Brasil, fato reconhecido pela maioria dos estudiosos dos problemas nacionais. Mas, até hoje, não se conseguiu efetivá-la porque contraria os interesses dos grupos dominantes que controlam o país desde o período da colonização, realizada com base na implantação do latifúndio, da monocultura exportadora e da escravidão.

Se verificarmos a história da humanidade observa-se que a mesma sempre esteve associada às lutas de classes. De acordo com Marx (1998), apesar da história da humanidade, desde a antiguidade até nossos dias, ter se constituído na história das lutas de classes, a sociedade original não possuía divisões sociais classistas. Isso se deve em função de que, naquele estágio das forças produtivas, elas não eram muito desenvolvidas e, praticamente não havia excedente. Todos os membros da sociedade participavam do processo produtivo, de modo que era impossível a formação de uma hierarquia que diferenciava os hominídeos. Aqui se pode dizer que vigorava o princípio: “comerás o pão com o suor de teu rosto”, ou então, “quem não trabalha não come”. Uma das primeiras formas de hierarquização dos membros foi à divisão homem / mulher, quando os homens começaram a explorar as mulheres. Daí diz-se que a exploração do homem pelo homem teve início com a exploração da mulher pelo homem. A luta de classes se origina, no entanto, no momento em que surge a luta pelo excedente.

De acordo com Maria da Glória Gohn (1997, p. 171) a

[...] análise dos movimentos sociais refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e / ou opressão sociopolítica e cultural, relativa ao [...] processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

Desde o aparecimento da propriedade privada e dos meios de produção, até a atualidade, a organização da sociedade continua fundada nas classes e nas lutas de classe e, em decorrência disso, baseia-se na exploração, na competição, na dominação e na concorrência. A propriedade privada, segundo Marx (1998), é consequência e causa do trabalho alienado, da mesma forma que o assalariamento também é consequência deste.

Aqui, o fundamental a ser destacado são as causas e as circunstâncias nas quais a luta pela terra se perpetua até os dias atuais. Conforme João Pedro Stédile (1994, p. 9) “... desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas uma minoria da sociedade – sua classe dominante”. Entretanto, mesmo sendo uma bandeira defendida por praticamente todos os brasileiros,

como explicar então como ela não tenha sido feita? Como compreender que outras reformas, como a institucional, que não respondem a qualquer unanimidade nacional, foram realizadas com a incisividade e a determinação que testemunhamos? É trágico que a resposta seja brutalmente simples: a reforma agrária interessa aos pobres, ao povo, e as outras (reformas) interessam aos ricos (STÉDILE, 1994, p. 56).

Hoje, mais do que nunca, é fácil de constatarmos a grande desigualdade social que

assola nosso país. Sob um ângulo somos ricos economicamente (somos a sexta economia do mundo) e temos recursos naturais (petróleo, minério, florestas e água doce), todavia, sob outro, temos indicadores sociais iguais ou piores que os dos países mais atrasados. Como exemplo disso, podemos mencionar alguns indicadores da exclusão social que ainda não foram solucionados como a fome, a falta de habitação e o analfabetismo.

Nota-se que os movimentos sociais têm sido considerados por diferentes analistas e consultores de organizações internacionais, como elemento e fonte de inovação e de mudanças sociais. Embora as abordagens sejam distintas e heterogêneas, não podemos deixar de tê-las como referência para a compreensão dos movimentos sociais. É importante lembrar que Gohn (1997) faz alguns questionamentos àqueles que estudam a problemática dos movimentos sociais, ao perguntar-se sobre o papel dos movimentos sociais na atualidade e o que de fato ocorre quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais se institucionaliza. A autora considera essas questões como não resolvidas do ponto de vista teórico, necessitando serem aprofundadas. Para ela

os movimentos são elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais (Gohn, 1997).

A autora considera que a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e reflexos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação). Ressalta também que o importante a destacar é esse campo de força sócio-político e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. Os movimentos sociais, destaca, são

construídos por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (Idem, 1995, p. 44).

Segundo a ótica marxista, em praticamente toda sociedade, seja ela pré-capitalista ou caracterizada por um capitalismo mais desenvolvido, existe a classe dominante, que controla direta ou indiretamente o estado e a classe trabalhadora. Segundo a mesma visão de mundo, a história da humanidade é a sucessão das lutas de classes, de forma que sempre que uma ascende passa a assumir o papel de classe dominante e, em seu lugar, surge uma nova classe dominada, e aquela erige e impõe a sua estrutura mais adequada à perpetuação de seu domínio. A superação da sociedade de classes está na libertação da classe trabalhadora que passa de explorada a partícipe no processo de organização da divisão social do trabalho.

Assim, o movimento social, com uma determinada maneira de pensar e de agir, busca definir uma nova ordenação da vida. A finalidade das mobilizações populares, ao lutar pelos seus interesses, é ganhar notoriedade perante a população, o estado e os

governantes e, principalmente, os grupos interessados em mudar a realidade social. Um exemplo dessa categoria de Movimento são os Trabalhadores Rurais Sem Terra, articulados em torno da luta pela reforma agrária. Contudo, o movimento não se descuidou do caráter da educação que é oferecido às crianças e demais membros que integram o movimento.

Ao tratarmos de educação, procuramos analisar os objetivos do processo educativo do MST. Para uma melhor compreensão foi realizado durante o ano de 2006, na Escola Itinerante Zumbi dos Palmares, localizada no Acampamento 1º de Agosto, no Oeste do Paraná, um grupo de estudo com os educadores ali presentes, levando em conta os princípios filosóficos e pedagógicos que fazem parte da proposta educacional do movimento.

Conforme os documentos do MST, a educação é entendida como um dos processos de formação da pessoa humana que está sempre ligada com um determinado projeto político, com uma concepção de mundo. A educação também é compreendida como “uma das dimensões da formação, entendida tanto no sentido amplo da formação humana, como no sentido mais restrito de formação de quadros para a nossa organização e para o conjunto das lutas dos trabalhadores” (MST, 1996, p. 05).

Desta maneira, o MST diferencia-se historicamente de outros Movimentos camponeses, até o momento existente, fundamentalmente pela importância que atribui à educação, colocando-a de igual para igual com a luta pela reforma agrária e as demais reivindicações, bem como, considerando-a como um dos pilares para a transformação social, sendo realizada tanto nos espaços formais da escola, quanto informalmente na dinâmica das lutas travadas no cotidiano. O objetivo é, como afirma Saviani (1995), fazer com que o trabalho educativo produza direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

Os movimentos sociais possuem um caráter educativo intrínseco à sua existência, à sua dinâmica interna (Martins e Medeiros, 2001; Ribeiro, 1998; Gohn, 1992, Caldart, 2001). A preocupação e o investimento no processo educacional para o MST são um dado que chama a atenção dos educadores, pesquisadores e até mesmo do Estado. Neste sentido, por exemplo, em 1987, o MST, criou um setor específico, o Setor da Educação, com a finalidade de produzir uma série de materiais e promover cursos de formação para subsidiar os educadores do movimento. Esse setor também tem como objetivo garantir o processo de escolarização e, principalmente, possibilitar a formação de sujeitos capazes de compreender a sociedade e contribuir com sua transformação.

João Pedro Stédile (2001), um dos membros mais relevantes da direção nacional do MST, destaca que

O Movimento dos Sem Terra tem um setor de Educação que cuida das várias atividades relacionadas com a melhor formação das crianças e dos jovens. Uma dessas atividades do setor de Educação é desenvolver cursos especiais de magistério que prepara as professoras que dão aula nas escolas dos assentamentos. Nesses cursos preocupa-se desenvolver metodologias de ensino mais participativas, as quais os alunos possam repassar os conhecimentos científicos vinculados com a realidade rural. Um dos esforços na área educacional do MST é o de produzir um outro tipo de material didático, que ajude o aluno a entender os conhecimentos a partir de sua realidade.

Nesta perspectiva, aliado aos conhecimentos científicos, a preocupação do MST é

formar professores e alunos capazes de ler e compreender a realidade de forma crítica, bem como, possibilitar uma ação transformadora da sociedade. Diante disso, para melhor compreender a proposta de educação do MST, vejamos, a seguir, de maneira sintética, em que consiste o conceito de educação e o aspecto educacional.

Segundo Luiz Bezerra Neto (1999, p. 39), no interior do MST,

A problemática educacional ganha importância à medida que o MST coloca como fundamental o rompimento de três grandes 'cercas': a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância e que submetem os trabalhadores rurais sem terra à condição de vida degradantes na sociedade brasileira,

De acordo com o autor, o Movimento acredita na importância da educação enquanto uma possibilidade de transformar a sociedade através de uma revolução cultural; o que evidencia o papel estratégico da educação num processo revolucionário.

Segundo Caldart, a luta pela Reforma Agrária proporciona a criação da identidade do sem terra, isto é, de um agente que, tendo internalizado os valores da demanda do movimento (luta pela reforma agrária), é constituinte de uma identidade coletiva, construída pela sua participação no movimento social. Assim explica a autora:

Este sem-terra, formado pela dinâmica da luta pela Reforma Agrária, e do MST, pode ser entendido também como um novo sujeito sociocultural, ou seja, uma coletividade cujas ações cotidianas, ligadas a uma luta social concreta, estão produzindo elementos de um tipo de cultura que não corresponde aos padrões sociais e culturais hegemônicos na sociedade capitalista atual, e na brasileira em particular, inscrevendo-se no que poderíamos talvez chamar de um movimento sociocultural que reflete e prepara mudanças sociais mais profundas (2000, p.26).

Com base nessa visão, percebe-se que todo o processo de vivência dentro do movimento é considerado educativo e este cotidiano permeia as atividades do processo educacional ocorrido em sala de aula.

A proposta de educação do MST tem dois objetivos centrais: um é desenvolver a consciência crítica dos alunos, através de conteúdo que leve à reflexão e à aquisição de uma visão de mundo ampliada e diferenciada da do discurso oficial e a transmissão e construção da história e do significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária; o outro é desenvolver atividades que visem à capacidade técnica dos alunos para a experiência de trabalho produtivo, com uso de técnicas alternativas que contribuam para o avanço coletivo; exercícios práticos nas áreas de conhecimentos necessários ao desenvolvimento total do acampamento/assentamento (Mitsue Morissawa, 2001).

Assim, o ensino parte da prática dos assentamentos/acampamentos, integrando o currículo, o conhecimento científico da realidade, à luta concreta, ao saber prático. A escola atua no desenvolvimento cultural do assentamento não restringindo a ação ao interior da sala de aula. Além disso, investe na capacitação dos professores, implementando programas específicos para os que trabalham nas escolas do Movimento. Assim,

[...] a escola para o MST, não é apenas um lugar em que a criança vai aprender ler, escrever e a contar. O que defendem [...] é uma escola capaz de despertar nas crianças o amor pela terra e a consciência de que precisam lutar para que seus direitos sejam respeitados" (Alcantara, s/d,

p. 34).

Com isso o processo educativo escolar adquire uma importância decisiva. Os indivíduos não realizam a homogeneização de forma espontânea e natural, mas sim porque assimilam, através da educação escolar, as formas de pensar e agir necessárias a esse processo.

De acordo com Miguel Arroyo (2000) as escolas do MST tentam ser mais do que escolas, no sentido comum do entendimento, pretendem integrar-se na dinâmica formadora do Movimento. O MST propõe uma escola e uma pedagogia em movimento, retomando a tarefa de contribuir para a formação de sujeitos sociais: os trabalhadores rurais sem terra. Os educadores das escolas do campo vão descobrindo que são mais que alfabetizadores são parte também de uma dinâmica social, cultural e formadora extremamente rica que oferece subsídios concretos para o desenvolvimento de suas práticas educativas.

As propostas educacionais do MST possuem um caráter diferenciado das propostas tradicionais: Caldart (1997, p. 157). “defende uma dependência da educação em sua relação com o contexto, entendendo-a como o reduto do pensar ‘científico’, necessariamente desconcertado das ações sociais concretas”. Neste sentido, a educação básica se constitui na busca por uma educação específica para o campo por meio de novos conteúdos e de uma metodologia pedagógica definida a partir da realidade e dos anseios de cada localidade. Daí a importância da participação dos atores na construção dessa educação formal que não desconsidera a importância das práticas educativas não formal ou informal; que procura construir a educação popular a partir dos camponeses e de suas memórias.

No MST, a luta pela terra, a reivindicação pela reforma agrária, tem em dois componentes essenciais – a organização da produção e a Educação em Movimento, para o Movimento. De acordo com Ilma Passos Veiga, a prática pedagógica se constitui como

uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. Ou ainda, uma ‘[...] atividade teórico-prática, ou seja, formalmente tem um lado ideal, teórico, idealizado enquanto formula anseios onde está presente a subjetividade humana, e um lado real, material, propriamente prático, objetivo’ [...] a prática pedagógica não deve esquecer a realidade concreta da escola e os determinantes sociais que a circundam. A teoria e a prática não existem isoladas, uma não existe sem a outra, mas encontram-se indissolúvel numa unidade. Uma depende da outra e exercem uma influência mútua, não uma depois da outra, mas uma e outra ao mesmo tempo. Quando a prioridade é colocada na teoria cai-se na posição idealista. O inverso também gera distorções, pois uma prática sem teoria não sabe o que pratica, propiciando o ativismo, o praticismo ou utilitarismo (1994:16).

De acordo com MST (2004), a escola por si só não pode resolver o problema da formação da consciência, mas é um instrumento que ajuda a organização a alcançar os objetivos propostos. Sendo ela um meio para ajudar a realizar tudo o que a organização pensa e faz.

Segundo Enildo Pessoa (1999, p.31),

quando a escola é orientada de acordo com os interesses das classes dominantes, o caráter político dessa relação não é dado a perceber e a ênfase é dirigida para as questões técnicas, sobretudo imediatas, evitando-se que aflore com clareza o seu caráter de classe...”.

Isto quer dizer que, para a classe dominante interessa fortalecer as relações de dominação de classe e não utilizá-las de forma que os trabalhadores que estudam possam utilizá-las para a construção de lutas pelo poder.

Para o MST, o processo educativo deve ser visto como atividade humana. O conhecimento é produto da atividade humana que se dá também na escola; aprender é aprender apropriar-se da realidade, confrontar suas contradições, aplicando as leis da dialética como esta da “Unidade e Luta dos Contrários”. Assim, a escola ajudará a perceber as contradições que há entre dominadores e dominados, opressores e oprimidos e assim por diante.

Levando em consideração a influência da pedagogia de Paulo Freire no processo educativo do MST, este toma por base a sua concepção para colocar em prática a educação como formação política. Para Paulo Freire (2000a, p. 43), uma das tarefas primordiais da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. A realidade injusta oprime, desumaniza, e deve ser superada. Para que tal superação ocorra, a educação deve levar em conta a vida como um todo, nos seus aspectos éticos, estéticos, sociais, etc, o que lhe confere caráter radicalmente político. "Freire pensou a educação como um fazer político que transcende a sala de aula e se projeta para os grandes problemas vividos pela humanidade, sobretudo os problemas gerados pelas diferentes formas de opressões" (Fernando Becker, 1998, p. 48). De acordo com o autor, o processo pedagógico é fundamentalmente processo político e, tendo em vista a impossibilidade da neutralidade, é necessário a criticidade. Também destaca a importância central da formação política por considerar o caráter social da formação da consciência.

Sendo assim conclui-se pela necessidade da apropriação dos conhecimentos científicos na escola, pois esta não pode funcionar sem querer transformar nada, apenas oferecendo diplomas para que os educandos saiam dela como entraram, não tenham iniciativa, não saibam o que dizer, nem opinar em situações contraditórias. A escola deve formar profissionalmente para o trabalho, mas também desenvolver a consciência de classe para que o profissional saiba como se dá a exploração da força de trabalho pelo capital.

Para o MST, a função de uma escola de formação política é aperfeiçoar a formação da consciência para que os militantes se transformem em quadros com elevado nível de conhecimento que lhes dê segurança e firmeza ideológica para agirem. Esta escola deve contribuir na busca da solução dos desafios que a organização social apresenta. Para isto não pode ser uma escola limitada aos manuais e programas de formação estáticos. Também deve coordenar e realizar cursos com conteúdos de referência básica como, por exemplo, o que um militante deve saber enquanto um agente social. Mas a escola não deve limitar-se exclusivamente a isso, deve proporcionar conhecimentos científicos, articulados à vida e à sociedade.

Considerações Finais

Neste trabalho buscamos analisar a questão da educação no MST, sua proposta Pedagógica e a função da escola enquanto formadora de uma consciência crítica. Para a realização do mesmo foi necessário a coleta de vários materiais utilizados nas escolas itinerantes. E a partir da análise realizada sobre ele se concluiu que essa proposta traz significativos avanços para o campo educacional, pois, numa conjuntura em que vigora a proeminência dos princípios neoliberais, a proposta pedagógica formulada pelo setor de

Educação do MST reafirma as opções para um pensamento pedagógico que considera a escola como um espaço de grande importância para educar para a transformação da sociedade.

A proposta educacional analisada resgata a pedagogia de Paulo Freire como referencial teórico-metodológico primordial e recoloca como questão principal para a educação, a indissociação entre a ciência e política. Além disso, a emergência de novos paradigmas educativos propostos pelo MST poderão trazer importantes contribuições para a educação brasileira como um todo ao enfatizar uma educação para a transformação social.

Diante disso, pode-se compreender o processo histórico de formação do MST como constituidor de uma determinada matriz pedagógica, ou a materialização de um modo formação humana que tem o movimento como princípio educativo, a luta social como base conformadora do ato educativo e a pedagogia da história como cimento principal que interliga as diversas dimensões deste movimento.

Durante o desenvolvimento da pesquisa observou-se que, mesmo que o MST não consiga colocar em prática tudo o que está proposto em seus documentos oficiais, observa-se que a criticidade com que esses documentos foram formulados é diferente dos documentos das demais escolas. Ao analisarmos o currículo trabalhado dentro das escolas do MST, é visível que, mesmo com a falta de recursos, como professores não especializados, falta de materiais didáticos, de estrutura física, percebe-se uma significativa diferença em relação às propostas que as demais escolas formais trabalham com os educandos. Nessas propostas há uma nítida dicotomia entre as esferas pública e privada da sociedade de forma que não se possam estabelecer relações entre ambas e nem se possa vislumbrar a base material em que ambas as esferas estão inseridas. Nelas, em geral, não são enfatizadas as questões sociais vivenciadas no país. Assim, suas propostas educacionais acabam contribuindo com a formação de pessoas com uma visão fragmentada, não fazem questão de formar cidadãos com uma visão mais crítica, ampla e transformadora.

Referências

ALCANTARA, A. P; LONGUI, D; ROSSONI, R. **Um olhar sobre a infância: Herdeiros da Terra Prometida.** s/d. 42f. Revista (Projeto de conclusão do c ARROYO, Miguel. Gonzales. Prefácio. In: CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes. 2000.

BECKER, Fernando. **Freire e Piaget em Relação: um ensaio interdisciplinar.** In: Educação e debate. Mauá, ano 1, n. 0, p. 46-53, mar. 1998.

CALDART, Roseli. Salete. **O MST e a formação dos Sem Terra: O movimento Social como princípio educativo.** In: GENTILI, Pablo. ; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs). A cidadania negada; políticas de exclusão na educação e no trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Educação em movimento – formação de educadoras e educadores no MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Princípios da Educação no MST.** São Paulo: MST, 1996.

FREIRE Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15ª

ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. Reivindicações populares urbanas. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995a.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MORISAWA, Mitsue. **A História de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MST. Coletivo Nacional do Setor de Educação. **Princípios da educação no MST**. São Paulo, 1999.

_____. **Dossiê – MST ESCOLA**. São Paulo, 1997.

NETO, Luiz. Bezerra. **Sem Terra aprende e ensina. Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais**. Campinas, Autores Associados, 1999.

PESSOA, Enildo. **A Escola e a Libertação Humana**. São Paulo: Vozes, 1999. 142 p.

Documentos elaborados pelo MST

Cartilhas de Estudo:

N. 2: Elementos para analisar a conjuntura nacional. 2004

N. 3: A Organicidade e o Planejamento – Construindo Coletivamente. 2004

N. 6: A Organicidade e o Planejamento – Construindo Coletivamente. 2005.

Cadernos de educação:

N. 2: Alfabetização: teoria e prática – nova forma de aprendizado. 1998.

N. 6: Como fazer a escola que queremos: O PLANEJAMENTO. 1995.

N. 9: Como fazemos a ESCOLA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. 1999

Notas

¹ Especialista em História da Educação Brasileira pela Unioeste.

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente do curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação pela Unioeste e líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR.

³ Lei nº 601, decretada pelo Império brasileiro em 1850, a “Lei de Terras”.

⁴ A palavra latifúndio já era utilizada na Roma Antiga para designar “uma grande área de terra sob a posse de um único proprietário”.

Recebido em abril-13

Aprovado em maio-13